

ACERVO TEMÁTICO:

Pierre Bourdieu: Os mecanismos ocultos por trás do mérito que reproduzem as desigualdades sociais



Introdução:

Imagine se alguém te disser que tudo aquilo que você julga possuir por mérito próprio, como bom gosto musical, paladar refinado para apreciar queijos e vinhos, gosto pelas artes, enfim, nada disso é inato a você, mas sim atributos socialmente adquiridos e que geralmente funcionam para reprodução de desigualdades estruturais.

Pois é. Pode gerar um incômodo, não?

É justamente esse o objetivo da sociologia de Pierre Bourdieu. Gerar incômodo, buscar desmascarar aquilo que está oculto, demonstrar que é social aquilo que aparece como mérito individual.

Nas linhas abaixo buscamos apresentar brevemente seus conceitos centrais para sugerir que eles podem nos ajudar a compreender melhor a sociedade em que vivemos.

Desvendando os mecanismos que produzem desigualdades: Uma sociologia que incomoda

Pierre Bourdieu é um dos grandes nomes da sociologia do século XX e talvez um dos que mais influenciaram a forma como pensamos a relação entre indivíduo, sociedade e poder.

Seu trabalho parte de uma insatisfação com duas grandes tradições sociológicas: de um lado, o subjetivismo, que superestima a liberdade individual;

de outro, o estruturalismo rígido, que transforma os indivíduos em meros efeitos das estruturas.

Bourdieu tenta superar essa oposição ao construir uma teoria que explique como as estruturas sociais operam através dos indivíduos e, ao mesmo tempo, como os indivíduos reproduzem ou, em certos casos, transformam essas mesmas estruturas.

Pode parecer complicado, mas peço que acompanhem até o final.

Em suma, podemos dizer que a sociologia de Bourdieu tenta nos fazer enxergar aquilo que normalmente permanece invisível: os mecanismos que permitem que a dominação social se reproduza sem parecer dominação. Essa é, de forma bem direta, sua grande preocupação teórica.

Bourdieu não estava interessado apenas em descrever desigualdades, mas em entender como elas se mantêm ao longo do tempo, mesmo em sociedades que se dizem democráticas, meritocráticas e baseadas na igualdade de oportunidades.

E ele parte de uma ideia fundamental: a dominação não se sustenta apenas pela força ou pela economia. Ela se reproduz também na dimensão simbólica, nas formas de reconhecimento, nos valores, nas percepções sobre o que é legítimo, natural e normal.

Para construir essa explicação, Bourdieu desenvolve três conceitos centrais: habitus, campo e capital simbólico.

Comecemos pelo habitus:

O habitus é um conjunto de disposições duráveis e incorporadas que adquirimos ao longo da nossa socialização. Ele envolve modos de pensar, de sentir, de agir, de falar e de perceber o mundo.

Isso não é algo consciente. É algo que se inscreve no corpo. Nossa jeito de andar, de sentar, nossos gostos culturais, nossa relação com o saber, com a autoridade, com o dinheiro, tudo isso é moldado por nossa trajetória social.

O habitus, portanto, é socialmente construído. Ele reflete nossa posição na estrutura social e, ao mesmo tempo, orienta nossas práticas cotidianas.

Mas o habitus não atua isoladamente. Ele sempre se relaciona com espaços sociais específicos, que Bourdieu chama de campos.

O campo é como um espaço de jogo relativamente autônomo: existe o campo científico, o campo artístico, o campo educacional, o campo político, entre outros. Cada um tem suas próprias regras, suas hierarquias internas e seus critérios de legitimidade. Dentro desses campos, os indivíduos e grupos disputam poder, prestígio e reconhecimento. Assim, aquilo que é válido e reconhecido em um determinado campo não é no outro.

Pensemos em um exemplo bem banal: No mercado financeiro, o que dá prestígio e é valorizado é o dinheiro. O acúmulo do dinheiro. Se você opera nesse campo e não ganha dinheiro, dirige um carro velho, certamente você não será valorizado.

Já no campo científico, outros atributos

são valorizados. Um pesquisador de uma universidade não precisa chegar em um Porche para ganhar prestígio e ser valorizado pelos seus colegas. Esse “tipo de coisa” pode ser valorizado em outro “espaço social”, mas não ali.

E é aqui que entra o conceito central de capital simbólico:

Bourdieu expande a noção de capital para além do dinheiro, buscando demonstrar que, além do capital econômico, existem o capital cultural, o capital social e o capital simbólico. O capital simbólico pode então ser entendido como um conjunto de atributos socialmente reconhecidos como valiosos e legítimos: prestígio, honra, reputação, reconhecimento social. É um tipo de poder que não se apresenta como poder. Ele se disfarça como mérito, talento, distinção natural.

Vamos pensar aqui num exemplo concreto:

Imagine um jovem que nasceu em uma família rica, estudou em uma escola de alto padrão, aprendeu vários idiomas, frequentou museus desde a infância, teve contato com música erudita e viajou diversas vezes para a Europa.

Agora imagine que esse jovem concorra a uma vaga de emprego em uma empresa familiar. Na entrevista, o dono da empresa descobre que ele fala outros idiomas e, gosta de música clássica e de pintura impressionista. A conversa vai parar em história da arte e experiências culturais que os dois compartilham.

Esse candidato gera empatia imediata. Há uma identificação simbólica. Suas referências culturais são reconhecidas como sinais de sofisticação, inteligência, "boa formação". Isso aumenta suas chances de ser contratado.

Enquanto isso, outro candidato com a mesma formação técnica, mesma competência profissional, não tem esse repertório cultural, porque sua origem social não lhe deu acesso a essas experiências.

Percebem que o que está em jogo aqui não é o mérito individual, mas a posse de certos atributos socialmente adquiridos, que funcionam como capital simbólico? E que esse capital simbólico, que parece apenas prestígio ou distinção, se transforma em vantagem material: o candidato é contratado, recebe um bom salário, amplia sua rede de contatos e reforça sua posição social. É assim que a desigualdade se reproduz. Não só por dinheiro, mas por símbolos, percepções e reconhecimento.

Esse processo está ligado ao que Bourdieu chama de violência simbólica, uma forma de dominação que não se impõe pela força, mas pela aceitação. É quando os dominados passam a enxergar as regras do jogo como naturais, justas, evidentes. Quando a desigualdade parece resultado de esforço, talento ou vocação individual, e não de estruturas sociais profundas.

A escola, por exemplo, aparece em Bourdieu como uma instituição central

nesse processo. Ela se apresenta como neutra e meritocrática, mas valoriza formas de linguagem, estilos de pensamento e referências culturais próprias das classes dominantes, transformando privilégios herdados em méritos pessoais.

Ao articular habitus, campo e capital simbólico, Bourdieu nos mostra que o mundo social não é algo simplesmente dado, objetivo e neutro. As visões de mundo, as representações que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre a sociedade participam ativamente da produção e da reprodução dessa própria realidade.

E talvez esse seja um dos aspectos mais potentes do seu pensamento: revelar que o mundo social não se sustenta só pela economia ou pela política, mas também por aquilo que acreditamos, reconhecemos e naturalizamos. Pelo poder simbólico.

Ao fazer isso, Bourdieu não apenas descreve a reprodução da dominação, mas nos oferece ferramentas para desnaturalizar aquilo que parece óbvio e, assim, abrir espaço para a possibilidade crítica e para a transformação do mundo social.



Felipe Calabrez

É Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV), com Pós-Doutorado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po). É pesquisador pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) e autor do livro Introdução à Economia Política: O percurso histórico de uma ciência social.